

IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO:

Desafios Contemporâneos das
Sociedades Ibero-Americanas

De 23 a 27 de agosto de 2021

EVENTO ONLINE

ANAIIS DO EVENTO

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



Comissão Organizadora

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Marcelo Feldhaus	Diretor de Ensino de Graduação Representante da Pró-Reitoria Acadêmica Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Carlos Renato Carola	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Aurélia Regina de Souza Honorato	Coordenadora do Curso de Artes Visuais Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Bruno Dandolini Colombo	Curso de Educação Física Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Cibele Beirith Figueiredo Freitas	Coordenadora Adjunta do curso de Letras Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Jeferson Luis Azeredo	Comissão de Divulgação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Lucene Cândido Magnus	Representante discente do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Vanessa Marcos Medeiros	Representante do Conselho Editorial Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Rafaela Ribeiro Pereira	Representante da Diretoria de Ensino de Graduação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Comissão Científica

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Profª. Dra. Maria Teresa Santos Cunha	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Prof. Dr. José Antonio Mateo	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER (Argentina)
Profª. Dra. Ana Paula Vosne Martins	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Profª. Dra. Silvia Maria de Favero Arend	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Profª. Dra. Amalia Morales Villena	Universidad de Granada - Espanha
Profª. Dra. Maria Stephanou	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Denise Balarine Cavalheiro Leite	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Ana Sabrina Mora	Universidad Nacional La Plata - UNLP (CONICET) - Argentina
Profª. Dra. Patrícia Ferraz de Matos	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Miguel Anxo Santos Rego	Universidade de Santiago de Compostela - Espanha
Prof. Dr. Agustín Escolano Benito	Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE) - Espanha
Prof. Dr. Alex Sander da Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Prof. Dr. António Gomes Ferreira	Universidade de Coimbra - Portugal
Profª Dra. Patricia Paola Ames Ramello	Pontificia Universidad Católica del Perú - Peru
Profª Dra. Maria Luiza Rico Gómez	Instituto Universitário de Estudos Sociais da América Latina Universidade de Alicante - Espanha
Profª Dra. Maria João Mogarro	Instituto de Educação Universidade de Lisboa - Portugal

Grupos de Trabalho

Giani Rabelo e Ismael Gonçalves Alves

Finanças

Amalhene Baesso Reddig, Aurélia Regina de Souza Honorato e Maxuel Sander Flor

Cultura

Birgit Harter Marques e Matheus Zimmermann

Monitoria

Caroline Bortot, Jeferson Luis de Azeredo e Lucas Damásio

Comunicação e Divulgação

Lucene Cândido Magnus e Rafaela Ribeiro Pereira

Secretaria Geral

Leila Laís Gonçalves, Paulo Martins e Wender Firmino

Tecnologia

Carlos Renato Carola e Cibele Beirith Figueiredo Freitas

Apresentações de Pôsteres

Secretaria

Rafaela Ribeiro Pereira

Secretária da Diretoria de Ensino de Graduação
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Diagramação

Victor Burato

Designer

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



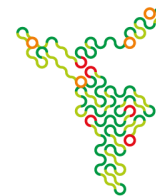
GT59

**Migrações, Educação e
Identidades**

SUMÁRIO

CLIQUE E SEJA DIRECIONADA/O PARA O TRABALHO

- 7** **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO ESTRATÉGIA DE ESTIMULO A EMANCIPAÇÃO E EMPODERAMENTO O PROGRAMA MULHÉRES SIM-IFSC JOINVILLE**
Hanen Sarkis Kanaan
- 15** **A INSERÇÃO ESCOLAR DE IMIGRANTES HAITIANOS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITOS HUMANOS NA CIDADE DE JOINVILLE (SC)**
Sirlei de Souza
Sandra Felício Roldão
- 26** **O (DES)APEGO AO PASSADO: AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTOS EM URUSSANGA/SC (1990-2010)**
Liziane Acordi Rocha



A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO ESTRÁTEGIA DE ESTIMULO A EMANCIPAÇÃO E EMPODERAMENTO O PROGRAMA MULHERES SIM-IFSC JOINVILLE

Hanen Sarkis Kanaan¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma experiência educacional com recorte de gênero desenvolvida em Joinville, que reuniu no curso mulheres haitianas e brasileiras que ao longo ofereceu ao longo da formação conhecimento em informática básica e artesanato e promoveu o debate sobre cultura, feminismo e processos migratórios

Palavras-chave: educação, empoderamento, feminismo

PROFESSIONAL TRAINING AS A STRATEGY OF STIMULUS TO EMANCIPATION AND EMPOWERMENT THE SIM-IFSC JOINVILLE WOMEN PROGRAMT

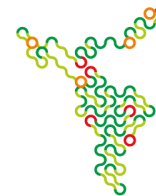
Astract: This work aims to present an educational experience with a gender approach developed in Joinville, which brought together Haitian and Brazilian women in the course who throughout their training offered knowledge in basic information technology and crafts and promoted the debate on culture, feminism and migration processes.

Keywords: education, empowerment, feminism

Quero sua risada mais gostosa, esse seu jeito de achar que a vida pode ser maravilhosa quero sua alegria escandalosa, vitoriosa por não ter vergonha de aprender como se goza quero toda sua pouca castidade. Quero toda sua louca liberdade. Quero toda essa vontade de passar dos seus limites e ir além, e ir além... (trecho da música “Vitoriosa”, Ivan Lins)

Com a menção da letra da música vitoriosa de Ivan Lins, que falar da alegria e força da mulher que me desafio a refletir sobre a importância de programas educacionais com recorte de gênero e objetivo oportunizar o acesso à qualificação que estimule a busca pela elevação da escolaridade, o debate sobre a violência contra a mulher, seus direitos, sua importância na sociedade e a questão da diminuição das desigualdades de gênero, deveriam fazer parte das políticas de educação de jovens a adultos, especialmente em um contexto social onde cada vez mais as mulheres tem suas vidas e direitos violados, nessa perspectiva o Programa Mulheres Sim, que nasceu como uma política do

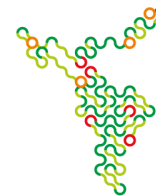
¹ Doutoranda em educação UTP- PR – professora da rede pública estadual e educadora popular



IFSC de continuidade de ações formativas de educação profissional com recorte gênero, como o fim do programa mulheres mil, que foi finalizado com o enfraquecimento das políticas de gênero após o golpe de 2016, que culminou como impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O programa se distância de outros cursos de qualificação, ofertados por outros programas governamentais e/ou sistemas de ensino que apenas preparam o/a trabalhador (a) para o mercado de trabalho. Com essa formação profissional aliada à formação cidadã, o programa pretende “promover o crescimento humano das mulheres, por meio da melhoria de suas condições de vida sociocultural e econômica”. (BRASIL, 2011, p.60). Essa formação que visa o ‘crescimento humano’, que tem dentre seus objetivos, “fomentar a equidade de gênero, a emancipação das mulheres” (Ibidem, p.4504), remetendo assim, à concepção de educação emancipadora de Paulo Freire, a qual forma cidadãos conscientes, autônomos, capazes de observar o mundo e suas contradições, de pensar a realidade na qual estão inseridos e de intervir sobre ela. Freire (1997) pensa uma educação libertadora, que seja capaz de levar o indivíduo a refletir sobre si mesmo e sobre o mundo, a pensar criticamente a realidade percebendo como ela se apresenta e agir de forma transformadora sobre a realidade que o oprime, passando a ser o construtor de sua própria história.

Dessa forma, a educação está intrinsecamente ligada à cidadania, a qual está relacionada ao despertar da consciência crítica, que determina o agir do ser humano no mundo, que o leva a assumir “uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço (FREIRE, 1995, p38).

É significativo refletirmos sobre o entendimento ainda muito recorrente no imaginário da sociedade que a mulher como força de trabalho, tem função de complemento de renda, e sua entrada e permanência no mercado de trabalho muitas vezes também se baseia nessa ideologia sexista. Nessa perspectiva a entrada da mulher no mercado de trabalho, tende a acontecer quando o homem da casa, não tem rendimentos suficientes para manter a família ou está desempregado, ou mesmo outros fatores adversos, como doença na família. Desconsidera-se o fato de que muitas mulheres no país são chefes de família e criam seus filhos ou se responsabilizam por outros entes familiares sozinhas, sem a presença de um companheiro. Quando se assume a responsabilidade da manutenção de seu núcleo familiar à vida incorpora determinadas restrições em relação ao tempo usado para trabalho e horas extras por exemplo. Outra dimensão que merece um olhar atento é quando a mulher está em idade reprodutiva, tendo companheiro ou não, ela acaba sendo considerada uma mão de obra mais cara, por



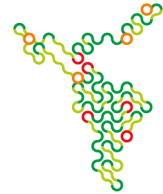
conta de possíveis licenças, de gestação ou ainda a ausência no trabalho para auxiliar a vida dos familiares que estão sob sua responsabilidade, tais como no acompanhamento em consultas médicas, reuniões escolares e outros

Programa Mulheres Sim é um curso de extensão formação profissional inicial com recorte de gênero e tem como um de seus objetivos, oportunizar, que mulheres em situação de vulnerabilidade, possam através dos cursos oferecidos se reinserirem no mundo do trabalho, retomar o processo de escolarização, melhorar sua relação familiar, compartilhar conhecimento e experiências com mulheres com trajetórias em comum, dialogando com demandas estratégias internacional de políticas de formação e emancipação para mulheres "o Programa buscava a valorização da mulher, bem como empoderamento, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda" (WITT, 2014).

Nas duas últimas décadas, especialmente até agosto de 2016 o Brasil passou por grandes mudanças, de caráter social e econômico. Houve uma redução das desigualdades de gênero, provocado pela implementação processual do programa Bolsa família e do CAD Único² possibilitando que a mulher acessasse de uma rede de proteção, que inclusive incluía o acesso à moradia própria por meio do programa Minha Casa Minha Vida. Mas ainda temos muito que avançar quanto nos reportamos à condição de acesso das mulheres ao trabalho.

Com objetivo de estimular a mudança dessa realidade é que o curso de Educação e Gênero tem carga horária total de 96 horas, traz no seu currículo um percurso formativo que procura dialogar com as necessidades das educandas. Os eixos formativos são segundo o projeto pedagógico do curso, são por geração de Renda por meio do debate da economia solidária, tecnologia e feminismo sendo composto por sete unidades curriculares, onde o debate de gênero está inserido transversalmente nos estudos sobre políticas sociais públicas, no sentido de promover iniciativas de inclusão educacional, econômica, social, cultural e pessoal das mulheres, a autonomia, o combate à violência, a consolidação da cidadania feminina e o desenvolvimento sustentável, dialogando articulado com as

² O sistema é porta de entrada para 20 políticas públicas. Para se cadastrar, as famílias devem ter renda mensal de até meio salário mínimo (R\$ 394) por pessoa. Mais de 27 milhões de famílias estão inscritas no sistema. O cadastro é feito nas secretarias municipais de assistência social ou nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). A pessoa responsável pela família deve levar o título de eleitor ou o CPF e um documento de cada membro familiar. Disponível. www.mds.gov.br em acesso em janeiro de 2017 Informe sobre a afiliação do/a coautor/a, incluindo instituição de origem, cidade e país.



políticas públicas de educação, assistência social, saúde e segurança. Como reitera Cury (2002, p. 246),

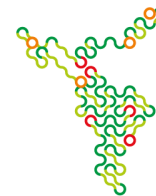
A educação escolar é um princípio fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam a participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional

No itinerário formativo, estão previstas ações para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de empregabilidade e, conseqüentemente, para o acesso ao mundo do trabalho e que oferecesse um percurso formativo que fosse efetivamente emancipador, e libertador como aponta Freire (1997) pensa uma educação libertadora, que seja capaz de levar o indivíduo a refletir sobre si mesmo e sobre o mundo, a pensar criticamente a realidade percebendo como ela se apresenta e agir de forma transformadora sobre a realidade que o oprime, passando a ser o construtor de sua própria história. Dessa forma, a educação está intrinsecamente ligada à cidadania, a qual está relacionada ao despertar da consciência crítica, que determina o agir do ser humano no mundo, que o leva a assumir “uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço (FREIRE, 1995).

A construção de uma cidadania ativa, nesta perspectiva, deve fortalecer um compromisso cívico e deliberação coletiva de todos os temas da comunidade política, e somente tem possibilidades de ser no espaço em que se constitui o público, em que o espaço público, mais que requisito para que as pessoas interiorizem o ideal cidadão, é onde se produz e se atribui sentido à cidadania e onde ela é exercida. A esfera pública é onde os cidadãos interatuam e decidem sobre os temas de interesse comum. Aqui, o núcleo da participação é o poder, 30 como capacidade de intervinha tomada de decisões públicas. (ARENDRT, 1995, p.78).

Pedagogicamente o Programa Mulheres Sim tem como perspectiva a concepção histórico crítica, a qual Saviani define como empenho em compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo. A educação, nesse processo é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. A transformação da realidade existente converte-se em uma responsabilidade deste sujeito histórico:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se está, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 2007, p.41).



O público alvo do Programa Mulheres Sim são mulheres, jovens e adultas maiores de 15 anos em situação de vulnerabilidade³. O projeto do programa incluiu oficinas e palestras como formação complementar do FIC (formação inicial) escolhido pelo campus, no caso de Joinville a opção foi pelo artesanato e uma Feira de Economia Solidária como estratégia de divulgação dos trabalhos realizados pelas educandas ao longo do curso.

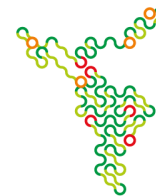
Para desenvolver o curso foram definidas parceiras entre servidores do campus, docentes que podem utilizar as aulas para preencher carga horária de trabalho e educadores populares, que atuavam militantemente, já que o programa não prevê remuneração aos educadores envolvidos o que transforma a adesão de um profissional ao curso um desafio. Os trabalhadores da educação envolvidos no programa desenvolvem as aulas segundo sua formação e área de interesse. O curso tem sua importância no contexto de visibilidade de processos de exclusão social e do debate processos educativos como ferramenta fundamental para estimular uma cultura de paz, a sustentabilidade através de processos produtivos sustentável, no caso de artesanato como atividade de geração de renda proposta pelo curso.

Processos excludentes produzem uma distribuição injusta de recursos e acessos desiguais a capacidades e direitos de: criar as condições necessárias para que todas as populações tenham e possam ir além das necessidades básicas; permitir sistemas sociais participativos e coesos; valorizar a diversidade; garantir a paz e os direitos humanos; e, sustentar sistemas ambientais (POPAY et al., 2008, p.36)

O interesse em trazer para curso as mulheres haitianas, foi decorrente da urgência em problematizar de vulnerabilidade social e econômica e o racismo vivenciado contidamente por elas.

Desde o ano de 2011, existe um processo de migração sistemático de trabalhadores haitianos, para Joinville, os homens em geral conseguem colocação profissional, muitas empresas contratam para a produção na indústria metalmeccânica. As mulheres por sua vez devido a arranjos familiares e sociais levam mais tempo para aprender o português, porque demoram mais para ir para o mercado de trabalho, em Joinville elas chegam com filhos ou os trazem depois e muitas ficam por conta deles ou cuidando de casa onde moram muitas pessoas e acabam tendo dificuldade de ter renda própria. Dar visibilidade a essa mulher imigrante que está tentando reconstruir a vida em Joinville, que está tentando se inserir na cidade, mas que por conta da língua e das diferenças culturais sofrem dificuldades de inserção social e econômica. O IFSC/Joinville entendeu que esse curso poderia ser uma possibilidade de diálogo para desconstrução de mitos, preconceitos e integração entre mulheres

³ No programa entendemos a vulnerabilidade em todas as suas dimensões, econômica, social e emocional



de lugares tão distintos, brasileiras e haitianas mas com trajetórias de vida que muitas vezes se cruzam e problemas comuns.

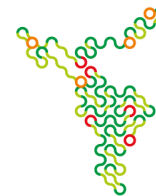
Nessa perspectiva de criar o dialogo o projeto foi construído e desenvolvido. O percurso formativo foi iniciado com as aulas de conhecimento histórico cultural, apresentando o Haiti e o Brasil, com duas diferenças e singularidades os recursos utilizados em sala foram elaborados em crioulo haitiano e português, na tentativa de estimular a comunicação e o aprendizado de todas as educandas o resultado foi satisfatório porque uma das educandas falava francês, português e crioulo haitiano, língua falada pela maioria das haitianas. Nas primeiras aulas descobrimos que o francês era um idioma que se aprendia na escola, portanto não era comum a todas as educandas migrantes envolvidas no curso e que o crioulo haitiano era a língua mais falada no Haiti.

A história e a cultura do Haiti e de Joinville foi o ponto de partida, para a elaboração de materiais utilizados no curso. Eles foram utilizados para produzidos para mediar o diálogo entre os grupos e estimular o debate e a troca de conhecimento. A tecnologia também foi recurso de mediação era comum utilizarem o laboratório de informática para a produção textual e material artístico para estimular para a escrita da língua em portuguesa. Nas aulas dialogadas expositivas apresentações em Power point, escritas em crioulo haitiano e português, eram pontos de mediação e recursos como o Programa Passagem Para⁴, foram utilizados para mediação por abordar aspectos da cultura, geografia, religião e a presença brasileira no país através do exército da ONU⁵, essa experiência foi enriquecedora porque oportunizou para , que nunca tinha trabalhado com um grupo de diversos e se sentiu também desafiada a preparar as aulas e desenvolver trabalhos em grupo que sempre estimulasse o diálogo e a troca de conhecimento. Joinville é um lugar de todo mundo e uma das cidades que a partir de 2011 mais recebe migrantes, de várias regiões do brasil e de países vizinhos como a Venezuela. Pessoas como as que aportaram na colônia Dona Francisca na Barca Collon⁶, trazendo consigo sonhos

⁴ Nome de um programa de televisão brasileiro, exibido desde 2004, pelo Canal Futura, em que o jornalista Luís Nachbin mostra diversos países do mundo, focando nas curiosidades culturais peculiares a cada povo.

⁵ Forças de manutenção da paz das Nações Unidas (em inglês: United Nations Peacekeeping Forces) são forças militares multinacionais instituídas pela Organização das Nações Unidas com a aprovação e objetivos designados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para atuar em zonas de conflito armado. Seus participantes são conhecidos como boinas azuis ou capacetes azuis. Geralmente os objetivos das missões estão relacionados ao monitoramento de cessar-fogos, supervisionamento de retirada de tropas

⁶ Barca Colon, barco desembarcou em São Francisco do Sul trazendo os primeiros colonos de origem germânica, que se juntaram aos, índios, negros escravizados, portugueses, entre outros que já viviam por aqui para construir a Colônia Dona Francisca,



e esperança. Atividades ligadas a cultura visita a museu nacional da imigração e ao direito ao espaço público da cidade como o parque Zoobotânico sempre fizeram parte do percurso formativo.

A visita ao zoobotânico, parque localizado na região central de Joinville, foi um momento de descontração e reconhecimento de uma área pública de lazer, que elas não conheciam e também de refletir sobre o direito aos espaços da cidade. A visita guiada, ao museu nacional de imigração, foi um momento importante para refletir sobre as mulheres migrantes de outros tempos, seus nomes, suas memórias e objetos afetivos que trouxeram na bagagem para alugar a construir a cidade que temos hoje. Foi um momento de refletir sobre a condição da mulher emigra em tempos diferentes da história, as condições que se apresentam a elas, geralmente são muito parecidas, como a buscar por uma vida melhor, acompanhar o marido, irmão ou pai, ajudar a família, não ter opção de ficar, reconstruir sua trajetória são ainda motivações para muitas atravessarem o oceano, muitas vezes em condições precárias em busca de novas oportunidades. O dialogo promovido ao longo do curso com o objetivo da desconstrução de preconceitos, as atividades formativas, o debate sobre geração de renda e economia solidária como estratégia de empoderamento feminino, ajudou a construir novos olhares, laços e oportunidades.

REFERÊNCIA:

ARENDDT, H. Entre o passado e o futuro. Tradução Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. A condição humana. Tradução Roberto Raposo. 7. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

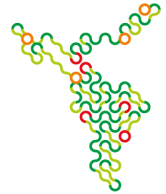
CURY, C.R.J. A educação e as constituições brasileiras. Educação Brasileira, Brasília, n. 14, p. 81-106, jan./jun. 1985.

_____. A educação como desafio na ordem jurídica, In: LOPES, E.M. et al.(Org.). 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 567-584.

CURY, C.R.J. et al. Medo à liberdade e compromisso democrático. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Democracia e cultura: discursos competentes e outras falas. Rio de Janeiro: Cortez, 2000



FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 7. ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1977.

_____. *Política e Educação*. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2007.

_____. *Educação e mudança*. 6.ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1983.

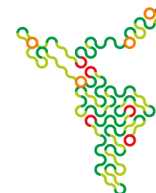
_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 39.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. SP. Boitempo, 2005

POPAY, J.; ESCOREL, S.; HERNÁNDEZ, M.; JOHNSTON, H.; MATHIESON, J.; RISPEL, L. *Understanding and Tackling Social Exclusion. Final Report to the WHO Commission on Social Determinants of Health from the Social Exclusion Knowledge Network*, 2008

ROSEMBERG, Fúlvia. *Ambiguities in compensatory policies: a case study from Brazil*. In: Cortina, Regina & Stromquist, Nelly (orgs.) *Distant Alliances: promoting education for girls and women in Latin America*. New York and London, Routledge Falmer, 2000, p. 261-294

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações*. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.



A INSERÇÃO ESCOLAR DE IMIGRANTES HAITIANOS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITOS HUMANOS NA CIDADE DE JOINVILLE (SC)

Sirlei de Souza ¹
Sandra Felício Roldão ²

Resumo: Os processos contemporâneos de migração têm se apresentado como fenômenos sociais desafiadores para as sociedades receptoras, sobretudo no que diz respeito à inclusão e a garantia de direitos essenciais como moradia, saúde e educação. A presente comunicação tem por objetivo promover reflexão em torno da inserção escolar de crianças e adolescentes imigrantes haitianos na cidade de Joinville (SC). A experiência aqui problematizada é do projeto “O Haiti é Aqui”: Aprendendo Juntos, que ocorreu em 2018 e 2019, fruto de parceria entre uma Universidade e uma Escola promotora de formação de professores em nível de magistério. Após uma década do terremoto de 2010, que causou grande destruição no Haiti e intensificou a migração para o Brasil, vemos, aos poucos, a reunião familiar desse imigrante acontecer. A chegada de seus filhos pode ser constatada pelo aumento nos números das matrículas nas redes públicas de ensino, desafiando a comunidade escolar a desenvolver estratégias comunicacionais que promovam o acolhimento, o respeito à diferença e possibilitem a aprendizagem. Com o intuito de contribuir para vencer esses desafios, o projeto desenvolveu ações que pudessem subsidiar as escolas e seus professores por meio de capacitações, sensibilizações e atividades pedagógicas envolvendo os alunos haitianos por meio da vivência e aprendizagem da Língua Portuguesa. Sendo assim, brasileiros e imigrantes, aprenderam juntos a romper com as barreiras da invisibilidade e da indiferença.

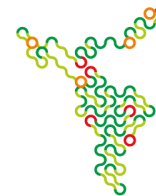
Palavras-chave: Práticas educativas. Processos comunicacionais. Direitos Humanos. Imigração haitiana.

Haitian immigrants' school insertion: human rights contemporary challenges in the city of Joinville, Santa Catarina, Brazil.

Abstract: The contemporary migration processes have presented themselves as challenging social phenomena to the receiver societies, above all regarding inclusion and the guarantee to essential rights as dwelling, health and education. The present communication aims to promote a reflexion on the Haitian children and teenagers immigrants 's school insertion in the city of Joinville, SC, Brazil. The experience problematized here is the one of the “O Haiti é Aqui” Aprendendo Juntos Project (“Haiti is Here”: Learning Together Project) which occurred in 2018 and 2019 and that is the result of

¹ Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Graduada em História pela Univille. É professora adjunta da Universidade da Região de Joinville (Univille). *E-mail:* professorasirlei@gmail.com.

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialização em Psicopedagogia pela Associação Catarinense de Ensino (ACE) e Gestão Escolar pela Faculdade Jangada. Graduada em Pedagogia pela Universidade da Região de Joinville (Univille). É professora da Educação Básica. *E-mail:* usandrinha@gmail.com.



a partnership between University and a school which promotes teacher training. A decade after the 2010 earthquake, that caused huge destruction in Haiti and intensified the migration to Brazil, we could observe the family reunion of that immigrant happen little by little. His/her offsprings' arrivals can be verified through the enrollment numbers in public schools which has challenged the school community to develop communication strategies which promote good reception, respect to differences and make learning possible. Aiming to contribute to the overcoming of those challenges the project has developed actions which could support schools and teachers, through courses, sensitization and pedagogical activities involving the Haitian students with the purpose of making them experience and learn Portuguese. This way, Brazilians and immigrants learn together to break the barriers of invisibility and indifference.

Keywords: Educational practices. Communication processes. Human Rights. Haitian immigration.

Introdução

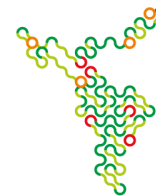
Nem as roupas, nem a língua, nem a cor, nem a nacionalidade podem mudar a alma da criança: quando se beijam, choram e cantam, as crianças do mundo são uma.
(Luchi Blanco de Moscoso - Poetisa Peruana)

A inserção escolar de crianças e adolescentes imigrantes que vivem no Brasil tem se mostrado como um dos grandes desafios contemporâneos. Se por um lado, temos os marcos legais nacionais e internacionais que garantem o acesso a todo residente no país, independentemente de sua nacionalidade, o direito à educação, por outro, seguimos com as dificuldades para que tais direitos se concretizem em cada espaço escolar Brasil afora.

Inicialmente, é necessário tratar o ato de migrar como um direito reconhecido, sobretudo na década de 1950 depois da Segunda Guerra Mundial. Foi com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e com a fundação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) que a luta por esse reconhecimento passou a ser discutida efetivamente na busca de garantir ordenamentos jurídicos e políticos que regulassem a proteção e a defesa dos direitos dos refugiados e imigrantes nas legislações nacionais e internacionais³.

Outro importante marco nessa trajetória foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que indicou a educação como um importante meio de efetivação dessa proteção, ressaltando que “a educação terá por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e

³Mais informações disponíveis em: <<https://nacoesunidas.org/acao/refugiados/>>; <<https://pt.gatestoneinstitute.org/13314/onu-migracao-direito-humano>>. Acesso em: 4 jul. 2019.



fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; favorecerá a compreensão, **a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos**”, compreendendo, assim, a relação entre a migração e a necessidade de acolhimento e de respeito aos imigrantes.⁴ (ONU, 1948, *grifo nosso*)

Já a Constituição Federal do Brasil de 1998, no art. 5º, deixa claro o direito à igualdade entre brasileiros e estrangeiros “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos **brasileiros e aos estrangeiros** residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, p. 5, *grifo nosso*). No artigo 205 trata do direito específico da educação:

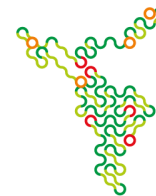
Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998, p. 95).

Também a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e Adolescente, que trouxe avanços significativos na proteção, em seu artigo 53 estabelece que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa [...]” (BRASIL, 1990, web).

No caso do estado de Santa Catarina, há a normativa estabelecida pela Rede Estadual de Ensino, que regulamenta os procedimentos relativos à matrícula e o aproveitamento de estudos de estudantes transferidos do exterior para Rede Estadual de Ensino, por meio da Portaria nº 3030 de 14/12/2016. A Portaria assegura ao aluno estrangeiro a matrícula escolar em qualquer ano/série da Educação Básica em qualquer tempo. (SANTA CATARINA, 2016)

Ainda que existam as bases legais para o reconhecimento de direitos aos imigrantes e as regulamentações acerca desse processo, nem sempre a implementação das políticas públicas e as condições dos espaços escolares, bem como a capacitação dos docentes e das equipes é suficiente para garantir tais direitos. No mundo da vida se colocam os grandes desafios dessa inclusão que deve acontecer a partir de enfrentamentos aos problemas históricos, como o racismo estrutural, a necessidade de romper com as barreiras culturais e linguísticas e a urgência em fazer do espaço escolar um lugar para a convivência com os diferentes.

⁴ Abordamos a questão da imigração como um direito humano em 2019. Ver em: Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2018/resumos/R13-1459-1.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

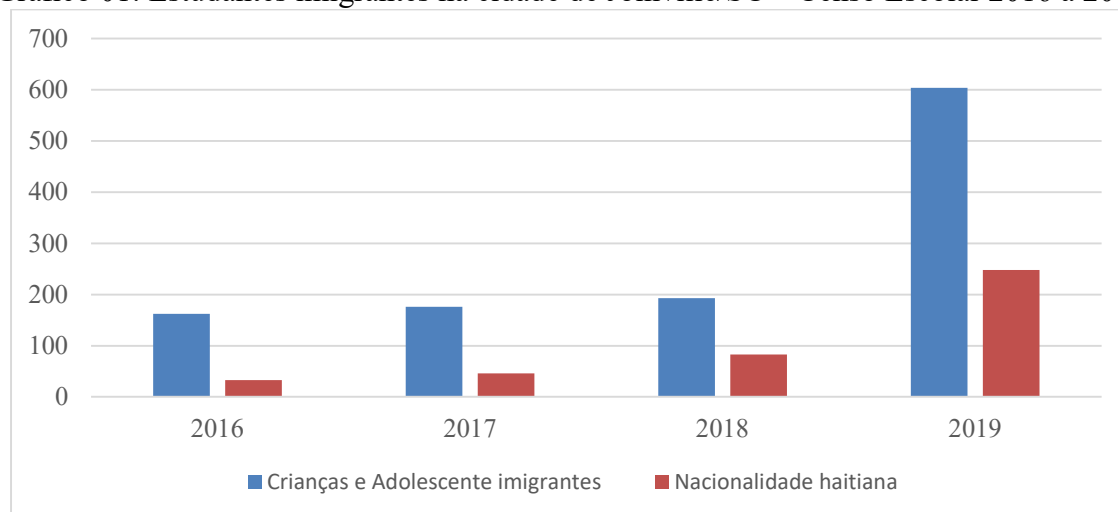


Os dados mais recentes mostram que a imigração haitiana, mesmo que com menor intensidade, continua acontecendo para o Sul do Brasil, especialmente para Joinville (SC). Foram atendidos pela Polícia Federal de Joinville, de 2007 a abril de 2020, 3.991 imigrantes haitianos – com a maior incidência de 1.399 no ano de 2016 (POLÍCIA FEDERAL, 2020). Conforme os estudos de Baltar C., Baltar R. e Baeninger (2020) a cidade de Joinville configura-se como o segundo município do estado de Santa Catarina com o maior número de registro de imigrantes nos órgãos oficiais. Registrando até agosto de 2019 o número de 6.935 imigrantes.

As possibilidades de emprego no sul do país e especialmente na cidade de Joinville (SC), figuram entre fatores atrativos para os imigrantes haitianos (SOUZA, 2019). Vale lembrar que a vinda de imigrantes haitianos para o Brasil ganhou força com a Resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração (em 2012), que autorizava a concessão de até cem vistos permanentes mensais de caráter humanitário para haitianos que desejavam imigrar para o país (LEGISWEB, web).

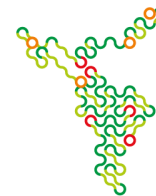
De 2016 em diante, os dados do Censo Escolar mostraram que a chegada de crianças e adolescentes de nacionalidade haitiana se intensificou nesse período na cidade de Joinville (SC). Podemos observar que a reunião familiar ocorre de forma mais contínua a partir do momento em que os pais conseguem se estabelecer na cidade com emprego, moradia e a constituição de uma rede de apoio local.

Gráfico 01: Estudantes imigrantes na cidade de Joinville/SC – Censo Escolar 2016 a 2019



FONTE: INEP (2016, 2017, 2018, 2019)⁵ – Dados compilados e tabulados pelas autoras

⁵ Informações fornecidas via *e-mail* para as pesquisadoras, em 18 de novembro de 2019 e 30 de março de 2020 conforme os dados do Censo Escolar/INEP/BRASIL pela Gerência de Avaliação de Desempenho e Estatísticas do Governo de Santa Catarina.



Dessa forma, os desafios, como o acolhimento de todo esse contingente de imigrantes haitianos, permanecem para governos, sociedade e, principalmente, para o ambiente escolar. A presente comunicação tem por objetivo promover reflexão em torno da inserção escolar de crianças e adolescentes imigrantes haitianos na cidade de Joinville (SC). A experiência aqui problematizada é do projeto “O Haiti é Aqui: Aprendendo Juntos” que ocorreu em 2018 e 2019, e é fruto de parceria entre a Universidade da Região de Joinville -Univille - e a E.E.B. Dr. Jorge Lacerda, escola promotora de formação de professores em nível de magistério⁶.

Com o intuito de contribuir para vencer esses desafios, o projeto desenvolveu ações que pudessem subsidiar as escolas e seus professores por meio de capacitações, sensibilizações e atividades pedagógicas envolvendo os estudantes haitianos com o intuito da vivência e aprendizagem da Língua Portuguesa. No ano de 2020, o projeto ficou suspenso e foi reativado no ano de 2021, dentro dos limites possíveis da Pandemia COVID-19⁷.

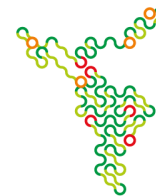
O projeto “O Haiti é Aqui: Aprendendo juntos” - Ações e reflexões

O desenvolvimento da empatia e da alteridade em toda a comunidade escolar é fundamental no processo de reconhecimento da diferença. Nessa perspectiva, a comunicação intercultural como vetor de acolhimento e como quebra de barreiras é essencial para a criação de um ambiente propício para a inclusão dos estudantes imigrantes. Outro processo importante é a capacitação de professores e gestores para tal acolhimento. Severino (2002, p. 82) enfatizou:

[...] que cada um se aprenda. O que tem sido o que foi e o que pode vir a ser. E que cada um aprenda o outro; esta aprendizagem imprescindível na diversidade, não simplesmente aceitando ou admitindo a adversidade, mas reconhecendo nela uma necessidade insubstituível de humanização, admirando a diversidade em que cada um pode se aprender, e se aprender no outro e com o outro.

⁶O projeto buscou contribuir para a inclusão social de crianças e adolescentes imigrantes haitianos, através da aprendizagem da língua portuguesa e ações educativas na inserção escolar, como também, proporcionou aos estudantes do curso do magistério e acadêmicos da universidade, vivências de docência e momentos de reflexões em torno dos temas imigração e direitos humanos. No período de 2018 a 2019 o projeto atendeu mais de 40 estudantes imigrantes em cinco escolas da rede pública de educação na cidade de Joinville.

⁷ Em consequência dos desafios que se estabeleceram no projeto “O Haiti é Aqui: Aprendendo Juntos” nasceu o projeto de pesquisa de mestrado “O processo de escolarização de crianças imigrantes na cidade de Joinville/SC” desenvolvido pela professora/pesquisadora Sandra Felício Roldão. O estudo insere-se na vertente qualitativa de caráter interpretativista do tipo estudo de caso, que visa analisar o processo de escolarização de crianças imigrantes em duas escolas na cidade de Joinville/SC. A investigação está em fase de análise de dados com previsão de defesa em fevereiro de 2022.



Nesse sentido, é no fazer cotidiano da docência e da gestão escolar que é realizado o exercício da alteridade, do encontro com o outro, do despertar do interesse na grandiosidade de viver a diferença no espaço escolar. Porém esse “despertar de sensibilização” não se manifesta deliberadamente, é preciso um mover pedagógico que impulse para novas reflexões sobre os movimentos humanos na contemporaneidade como também as ações que devem ser estabelecidas para que as práticas de alteridade se configurem no ambiente escolar. Nessa perspectiva, o projeto mobilizou diversos encontros com a comunidade escolar (figura 1), com os acadêmicos universitários e com os estudantes do curso do magistério para o encontro com o outro, nesse caso, a criança e o adolescente imigrante.

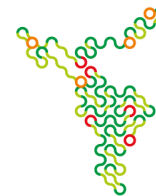
Figura 1 – Os diálogos com a comunidade escolar



Fonte: Arquivo do projeto

Perante a tarefa multifacetada no acolhimento da criança e do adolescente imigrante haitiano, a aquisição da língua portuguesa apresentou-se também como um dos desafios iniciais no processo de escolarização desses estudantes. Para tanto, um dos pilares do projeto propôs o ensino da língua portuguesa na perspectiva do Português como Língua de Acolhimento (PLAc), que versa o ensino/aprendizagem da língua de acolhida em contexto migratório. Conforme Cabete (2010), o conceito de língua de acolhimento desenvolveu-se em Portugal a partir de 2001 com o oferecimento de cursos de português, no programa “Portugal Acolhe”, idealizado pelo Estado português e direcionado para imigrantes adultos. Referente ao termo, Grosso (2010), explicita que:

A língua de acolhimento ultrapassa a noção de língua estrangeira ou de língua segunda. Para o público-, recém-imerso numa realidade linguístico-cultural não vivenciada antes, o uso da língua estará ligado a um diversificado saber, saber fazer, a novas tarefas linguístico-comunicativas que devem ser realizadas na língua-alvo. (GROSSO, 2010, P.74)



Apesar da proposta do PLAc se concentrar no adulto imigrante e focada no trabalho, a perspectiva foi (re)estruturada e (re)elaborada para atender crianças e adolescentes, assim como propõe Anunciação (2017), que nos alerta para uma ressignificação do conceito de Língua de Acolhimento para o contexto brasileiro e que considere as especificidades, o direito à diferença e a valorização dos conhecimentos e das expressões da criança e do adolescente imigrante. Nesta proposta “ensinante e aprendente cooperam e aprendem juntos, ultrapassam as questões do cotidiano, integram-se pelo bem-estar, pela confiança (...)” (GROSSO, 2010, p.71).

Partindo desse pressuposto, as aulas de língua portuguesa foram planejadas considerando as necessidades do estudante imigrante, partindo de suas vivências e suas dúvidas em relação ao novo país, a nova escola e ao novo idioma. As crianças manifestavam interesses em relação aos alimentos, as cores e aos brinquedos, e os adolescentes solicitavam aulas direcionadas ao vestuário/moda, ao diálogo básico com brasileiros e também as gírias que são faladas entre os mesmos. As aulas foram organizadas para atender o estudante imigrante de duas a três vezes na semana, com um período de duas horas cada encontro. As aulas eram ofertadas no período da aula regular ou no contraturno, dependendo de como a gestão escolar organizava o atendimento.

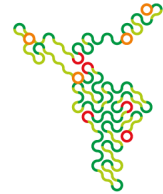
Figura 02: Aula de língua portuguesa para crianças⁸ e adolescentes⁹ haitianos



Fonte: Arquivo do projeto

⁸ Nessa proposta a estagiária Fernanda Gonçalves, propôs a aula no campo temático cores. Na mistura dos elementos a criança descobre a cor de uma forma lúdica e interativa, explorando o visual, o diálogo na língua portuguesa e estabelecendo relações com a língua materna, o Kreyòl (crioulo).

⁹ Na abordagem com imigrantes adolescentes, a estagiária Juliana Franco Calixto abordou a temática vestuário. Na proposta, as estudantes recém-chegadas do Haiti estabeleceram relações dos sons do alfabeto em crioulo com o português e realizaram comparações entre a língua portuguesa e a língua materna.



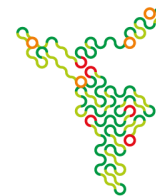
Propusemos também, além dos muros da escola, aulas-passeio conforme a proposta do educador francês Celestien Freinet (1896-1966), que proporcionou o contato direto com a realidade, com as vivências e com o objetivo da aprendizagem da língua portuguesa. As crianças e os adolescentes visitaram o comércio local, realizaram o trajeto de escola/casa para conhecer os elementos que eram encontrados no percurso e nomeá-los em língua portuguesa. Nessa perspectiva, o ensino da língua de acolhimento transcende o ensino limitado as carteiras e ao espaço escolar e proporciona ao estudante imigrante a aprendizagem significativa da língua, considerando suas vivências cotidianas, ampliando o seu repertório de palavras e proporcionando um processo em que o estudante imigrante atue ativamente.

Figura 03: Aulas-passeio com crianças e adolescentes haitianos



Fonte: Arquivo do projeto

Nos desafios diários estabelecidos pela inserção escolar de crianças e adolescentes imigrantes propusemos “uma negociação baseada numa relação dialógica contínua e intercultural (...) abrir-se à compreensão do outro” (GROSSO, 2010, p.74). Na proposta do *aprender juntos* - seja nas ações de acolhimento, nas rodas de conversa, nas palestras de sensibilização, nas aulas de língua portuguesa - no encontro com o outro – brasileiros e haitianos - propusemos ações que efetivassem o direito à educação em uma proposta humanitária e humanizante e, neste percurso, acolhemos e fomos acolhidos, ensinamos e aprendemos diuturnamente com o outro – a criança e o adolescente haitiano.



Considerações finais

No Brasil e, especialmente, no sul do país, muito ainda precisamos discutir e problematizar sobre a presença de imigrantes negros ou ainda de outras características étnicas que não europeia-germânica. Também os venezuelanos, assim como os haitianos, estão enfrentando o fato de além de imigrantes, serem etnicamente diferentes, o que, por vezes, acarreta um duplo preconceito.

Inúmeros desafios se colocam diante dessas novas realidades, entre eles a formação de professores que contemple a discussão da interculturalidade, da cultura da paz e da defesa dos direitos humanos. O papel das instituições formadoras se mostra fundamental na medida que busquem contemplar em seus currículos o contexto internacional e os impactos locais gerados pelos atuais fluxos migratórios, bem como promovam nas vivências universitárias, seja por meio das atividades de extensão, ou dos estágios obrigatórios, a aproximação do conhecimento da realidade da escola viva, pulsante e diversa.

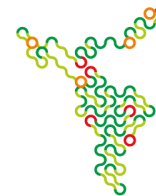
Diante das barreiras e das dificuldades que emergiram da experiência do projeto “O Haiti é Aqui: Aprendendo Juntos”, salientamos a importância de legislações e políticas públicas e linguísticas que considerem as especificidades dos estudantes imigrantes que estão no ambiente escolar e que, diariamente, estão sendo matriculados e inseridos no sistema educacional do nosso país. Que o direito à educação não seja restringido somente ao acesso à escola, mas que ações sejam direcionadas para uma educação de qualidade com equidade.

Faz-se necessário que as instituições escolares promovam ações educativas que combatam o racismo e às discriminações, mobilizando os atores sociais para o rompimento dos silêncios curriculares e favorecendo práticas pedagógicas para o direito à diferença, a valorização das diferentes culturas em uma proposta intercultural e um ambiente onde todas as línguas possam ser evidenciadas.

Sendo assim, brasileiros e imigrantes, podem aprender juntos a romper com as barreiras da invisibilidade e da indiferença para uma educação inclusiva que promova a autonomia e a democracia.

Referências

ANUNCIACÃO, Renata Franck Mendonça. **Somos mais que isso:** práticas de (re)existência de migrantes e refugiados frente à despossessão e ao não reconhecimento. 2017. 127 f. Dissertação



(Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325573>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

BALTAR, Cláudia Siqueira; BALTAR, Ronaldo; BAENINGER, Rosana., coord. **Atlas Temático; Observatório das Migrações em São Paulo, Observatórios das Migrações de Londrina, Migrações Internacionais, Região Sul.** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2020. 182p.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. 18. Ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e Adolescente.** Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

GROSSO, Maria. J. Língua de acolhimento, língua de integração. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar de 2016.** INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____. **Censo Escolar de 2017.** INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 18 nov. 2019.

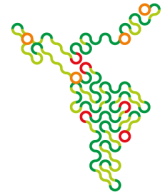
_____. **Censo Escolar de 2018.** INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____. **Censo Escolar de 2019.** INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LEGISWEB. **Resolução Normativa CNIg nº 97 de 12/01/2012.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20concess%C3%A3o%20do,1980%2C%20a%20nacionais%20do%20Haiti>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 6 jul. 2019.

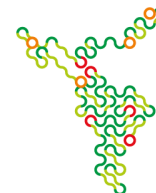
POLÍCIA FEDERAL. **Registros Ativos Haitianos de 2007 à 27/04/2020 - Joinville/SC.** Encaminhada por Fabiano Jose Rohr, responsável pelo Núcleo de Migração da Polícia Federal de Joinville. Informações enviadas por e-mail em: 27 abr. 2020. Joinville, Santa Catarina.



SEVERINO, Antônio. **Educação e transdisciplinaridade**: crise e reencantamento da aprendizagem. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

SANTA CATARINA. Portaria 3030 de 14 de dezembro de 2016. Regulamenta os procedimentos relativos à matrícula e aproveitamento de estudos de estudantes transferidos do exterior para a Rede Estadual de Ensino. **Diário Oficial Eletrônico de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, nº 20.442, p. 10 e 11.

SOUZA, Sirlei de. **Narrativas Imigrantes**: tramas comunicacionais e tensões da imigração haitiana em Joinville/SC (2010-2016). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=20. Acesso em: 25 jun. 2021.



O (DES)APEGO AO PASSADO: AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTOS EM URUSSANGA/SC (1990-2010)

Liziane Acordi Rocha¹

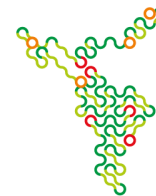
Resumo: O presente trabalho se destinou a analisar o impacto que as migrações contemporâneas, iniciadas a partir de 1990, na cidade de Urussanga, causaram no Centro Histórico da cidade, especialmente, aos bens patrimonializados. A migração para países como a Itália, tinha e tem como um dos objetivos levantar ganhos financeiros, sendo a área da construção civil um dos principais campos para investimento. No processo de verticalização da cidade de Urussanga, principalmente na Zona Central Urbana, onde estão localizados o maior número de bens tombados, gerou-se debates, contestações e ações de impugnação por parte dos/as proprietários/as. Nesse sentido mobilizamos alguns referenciais para discutir as questões em torno do patrimônio, como PISTORELLO (2015); GONÇALVES (2012, 2013, 2014); PIERI (2015) e CANCELIER (2015) e para compreender os impactos das migrações contemporâneas no processo de verticalização da cidade, mobilizamos CARDOSO (2011) e TONETTO (2009). Para a questão da identidade, valemo-nos do trabalho de BAUMAN (2005). Analisamos os processos de tombamento da cidade, sobretudo as justificativas de impugnações feitas pelos/as proprietários/as com o auxílio dos advogados e realizamos um levantamento de dados no Departamento de Planejamento do Município de Urussanga, entre 1990 e 2010, o que nos permitiu evidenciar que o período de investimentos na construção civil realizada pelos migrantes equivale ao momento de maior incidência de pedidos de contestação dos bens tombados.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Tombamentos. Identidades.

THE (DIS) ATTACHMENT TO THE PAST: RESPONSE ACTIONS IN TURNING PROCESSES IN URUSSANGA / SC (1990-2010)

Abstract: The present work was destined to analyze the impact that the contemporary migrations, initiated from 1990, in the city of Urussanga, had in the Historical Center of the city, especially, to the patrimonialized goods. The migration to countries like Italy, had and has as one of the objectives to raise financial gains, with the civil construction area being one of the main fields for investment. In the process of verticalization of the city of Urussanga, mainly in the Central Urban Zone, where the largest number of listed properties are located, debates, challenges and objection actions were generated by the owners. In this sense, we mobilized some references to discuss issues around heritage, such as PISTORELLO (2015); GONÇALVES (2012, 2013, 2014); PIERI (2015) and CANCELIER (2015) and to understand the impacts of contemporary migrations on the city's verticalization process, we mobilize CARDOSO (2011) and TONETTO (2009). For the question of identity, we use the work of BAUMAN (2005). We analyzed the city's registration processes, especially the justifications for objections made by the owners with the help of lawyers, and we

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.



carried out a data survey in the Planning Department of the Municipality of Urussanga, between 1990 and 2010, which allowed us to evidence that the period of investments in civil construction carried out by migrants is equivalent to the moment of greater incidence of requests for contestation of fallen assets.

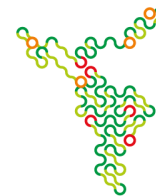
Keywords: Cultural heritage. Legal protection. Identities.

Intrdução

O presente trabalho analisou as relações e o impacto entre as migrações internacionais na cidade de Urussanga-SC - iniciada com fluxo mais representativo na década de 1990 - e as tensões e litígios no Centro Histórico da cidade, especialmente, relacionados aos bens patrimonializados. Urussanga possui um discurso étnico fomentado por alguns fatores, tais como, as festividades (*Festa Ritorno Alle Origini*, Festa do Vinho, *Sagra dela polenta* e Festa *Madonna dei campi*) e acordos políticos (*Gemellaggio*), que estariam vinculados ao processo de colonização, durante a década de 1870, por grupos oriundos da Itália. Os vínculos consanguíneos e as memórias são trazidas como elementos de italianidade, justificativa que ocasionou a busca por uma descendência europeia que possibilitasse aos brasileiros/as descendentes, um caminho para a migração na contemporaneidade. Essa migração muitas vezes tem como meta ganhos financeiros e o retorno à cidade, sendo a área da construção civil um dos campos para o investimento. Buscamos nos processos de tombamentos da cidade de Urussanga, realizados pela Fundação Catarinense de Cultura, as justificativas empregadas pelos proprietários e proprietárias para o não tombamento das edificações, observando ainda, possíveis relações com o processo de verticalização da cidade no período de intensa migração.

Ações de contestações e litígios e sua aproximação com a migração em Urussanga/SC.

Urussanga, se localiza a 185 km da capital Florianópolis, foi fundada enquanto núcleo colonial pelo Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, no dia 26 de maio de 1878. Durante a década de 1870, se intensificou em Santa Catarina a ocupação de terras para o interior do estado, ação fundamentada no discurso do ‘vazio demográfico’. Nesse contexto, temos as primeiras levas de ocupação em Urussanga, provenientes da Península Itálica, sobretudo da região de Vêneto. Estas famílias buscaram construir suas primeiras residências no núcleo central e próximo ao rio que leva o mesmo nome. Urussanga possui hoje, um total de vinte e quatro (24) bens tombados em nível estadual e federal,



sendo muitos deles localizados na Praça Anita Garibaldi (centro da cidade) e entorno, com grande valor no mercado imobiliário. É na relação entre o retorno de migrantes da Europa e seus investimentos na construção civil, que procuraremos observar as tensões e litígios relacionados aos bens patrimonializados na cidade.

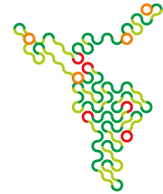
Por volta de 1990, o cenário político nacional se apresentava como um fator motivador para busca da cidadania e a migração para países como Estados Unidos e/ou para o continente Europeu, objetivando a tentativa de melhores condições de vida e de ganhos financeiros. O ‘retorno’ dos/as descendentes de italianos para Europa se deu em grande parte por meio da obtenção da dupla cidadania, acionando o *Jus Sanguinis*² como “sinônimo de italianidade” (SAVOLDI, 1998, p.35). Esse ‘novo’ movimento de migração transcorreu por conta da valorização de elementos étnicos, culturais e identitários que moldaram o imaginário em torno do discurso de italianidade. “Não fosse o poder do Estado de definir, classificar, segregar, separar e selecionar, o agregado de tradições, dialetos, leis consuetudinárias e modos de vida locais, dificilmente seria remodelado em algo como os requisitos de unidade e coesão da comunidade nacional. (BAUMAN 2005, p. 27)”³

Também é durante a década de 1990 que Urussanga firma o acordo do *Gemellaggio* (PEREIRA, 2011), que se configura em um acordo político, econômico e tecnológico entre o município e a cidade italiana de Longarone. Essas duas cidades de acordo com o projeto, seriam “cidades irmãs”, já que teriam migrado de Longarone um grande número de imigrantes e estes se fixaram em Urussanga. Os vínculos consanguíneos e as memórias são trazidas como elementos para uma identidade italiana. Com o projeto *Gemellaggio* firmado na década de 1990 criou-se de acordo com Tomasi (2012, p. 34):

[...]oportunidades de emprego na Europa. Com isso, Urussanga, a cidade de imigração italiana do final do século XIX, tornou-se nas últimas duas décadas “terra de emigrantes”, visto que muitos urussanguenses veem a emigração para a Europa, em especial para a Itália e a Alemanha, como um projeto de vida e um meio de ascensão social.

²*Jus Sanguinis* ou “direito de sangue”, é um direito evocado por indivíduos em países que passaram pelo processo de imigração, vinculados principalmente com países europeus como no caso da Itália. Pode ser reconhecido o direito por descendência aquele que for filho/a de cidadão italiano conforme a Lei 91/92 em seu art. 1º, primeira parte que define como cidadão italiano nato “o filho de pai ou mãe cidadãos”. No mesmo artigo, na disposição *b* menciona que filhos/as em que pai ou mãe tenha sido apátrida não tem o direito à cidadania.

³ BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista à Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005. Bauman ainda menciona que identidade não é algo natural, mas que nasceu “da crise do pertencimento”, que o Estado auxilia na remodelagem e criação de uma unidade imaginada e que fixam para dar sentido para um “nós”.



Esse movimento de ida ou de ‘retorno’ para a Itália tinha entre os objetivos a volta ao Brasil uma vez que o sentimento de “ser” italiano não os configurava “ser” italiano na Itália (mesmo com a dupla cidadania). Ao partirem rumo a terras dos nonos/as todo um leque de imaginários são acrescidos por meios de uma rede informações. E ao chegarem, confronto e estranhamentos com a realidade imaginada e a realidade vivida produzem novas configurações, com isso uma:

[...] ruptura do mito de uma Itália encantadora, por suas paisagens e por seu comportamento humano, construído a partir de narrativas familiares ou de programas e filmes, impulsiona em direção a um novo olhar sobre o Brasil. Neste sentido, e olhando desde o exterior, em um processo de estranhamento, aquele país, que parecia tão distante, quando vivido exatamente em seu seio apresenta uma nova coloração, um novo encantamento. (BENEDUZI, 2014, p. 103).

Muitos dos/as migrantes contemporâneos não tinham como objetivo se fixar na Europa, mas apenas buscar recursos que possibilitassem uma melhora de vida. Durante o processo migratório e o retorno ao Brasil umas das ações destes migrantes seria o investimento na construção civil. Esse retorno contemporâneo fez com que um grande número de investimentos fosse feito na cidade de origem, principalmente no mercado imobiliário (CARDOSO, 2011).

Nos dados obtidos na DEPLAN (Tabela I), observamos um crescimento na área da construção civil mais elevado entre os anos de 2007 a 2010 nas edificações residenciais e/ou residenciais e comerciais num comparativo com aquelas com a terminologia de prédios e edifícios; estes tiveram um número reduzido se comparado com os anos de 1994 a 1996. Isso pode ter ocorrido com o “controle” estabelecido pelo Plano Diretor em 2008, que instituiu o controle das edificações na cidade, mas principalmente próximo à Praça Anita Garibaldi. Outro fator que pode ter contribuído para o aumento após 2007 é a crise que se iniciou nos Estados Unidos, abarcando a Europa, o que acarretaria no retorno de brasileiros/as a cidade e o investindo nesse setor. Não podemos deixar de mencionar que o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, criado em 2009, também permitiu que muitas pessoas adquirissem seus imóveis com mais facilidades.

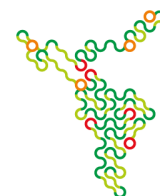
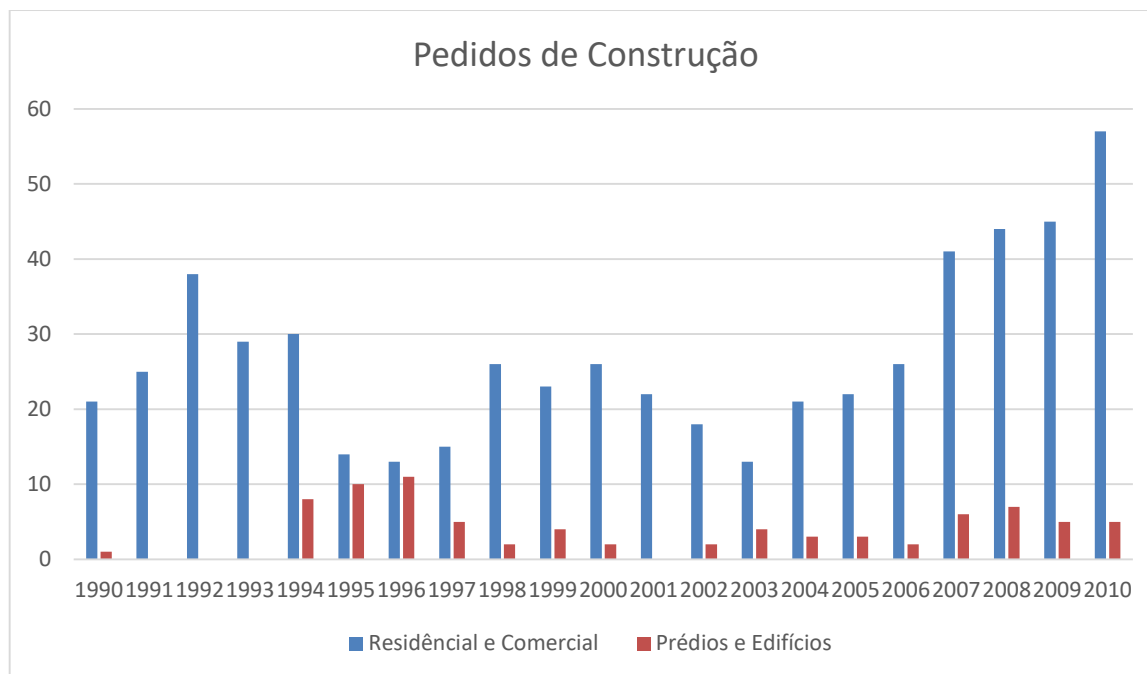


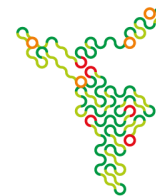
Tabela 1 - Dados de construções civil 1990 - 2010.



Fonte: Departamento de planejamento de Urussanga, 1990-2010. Modificado pela Autora.

Não conseguimos estabelecer os locais e as regiões em Urussanga com maior índice de construção, devido ao grande número de documentos que necessitariam olhar um a um, pois o sistema do Departamento de Planejamento apenas compreende o número do processo, o nome do solicitante, a tipologia e a data. No período analisado entre 1990 e 2010, encontramos 12 processos de construção de loteamentos na cidade, o que pode evidenciar que a ocupação do solo está sendo feita em outros locais que circundam a cidade. A relação da construção civil e os bens tombados se configuram no Plano Diretor do município, quando se intenta controlar o processo de verticalização na Zona Urbana Central, que, de acordo com Alice Pieri (2015, 141) “constatou-se também um crescimento do número de edificações em altura, inclusive nas áreas do entorno imediato da Praça Anita Garibaldi, que alteraram significativamente a leitura da paisagem e a relação de escala com o pedestre.”

Portanto, o centro histórico preservado também foi motivo de interesse da construção civil, colocando em disputas valores identitários/étnicos e econômicos. Além das fontes historiográficas relacionadas a migração internacional e as tensões que envolvem o patrimônio cultural em Santa Catarina, analisamos os processos de tombamentos da cidade de Urussanga que estão disponíveis na



Fundação Catarinense de Cultura. Nosso foco incidiu sobre as justificativas de impugnação promovidas pelos advogados dos proprietários, que nos propiciou compreender em que medida os bens tombados refletem no mercado imobiliário, sua relação com o retorno dos/as emigrantes e os discursos existentes em torno do Patrimônio Cultural.

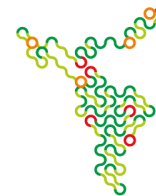
Análise das justificativas dos bens patrimonializados

Dos 24 processos analisados, treze (13) tiveram contestações ou ações de impugnação (esse recurso está previsto no Decreto-lei nº 25/37), entre 1994 e 1998, realizados de modo autônomo ou com auxílio de advogados. Nas justificativas presentes nos processos de impugnação, de forma sutil, mas expressiva, percebe-se a falta de conhecimento sobre os tombamentos, pois este é “frequentemente compreendido como sinônimo de desapropriação ou ‘congelamento’, alimentando disputas que opõem a permanência do ‘passado’ à lógica necessariamente destruidora do ‘progresso.’” (GONÇALVES, 2012, p.5).

Dos treze processos que os proprietários/as contestam o tombamento de suas edificações, quatro foram feitos pelos proprietários/as ou representantes da família, e nove com auxílio de advogados. Entre algumas justificativas feitas pelos advogados Odivaldo Bonetti (representou em 3 processos de impugnação) e o advogado Mauro Felipe (esteve presente em 7 processos de impugnação). alegaram que os tombamento “não possuem elementos memoráveis para a História do Brasil”⁴ isso se relaciona com Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e a Constituição Federal de 1988 que traz a noção e o entendimento de bem patrimonial ligados ao valor estético, memorável, intrínseco ou notável. Sobre essa ótica somente mereciam ser tombados e preservados elementos que estivesse vinculado a fatos memoráveis da história do Brasil, ou que tivesse excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico ou, ainda, que se tratasse de sítios ou paisagens de feição notável, por obra da natureza ou do homem.

Outro ponto abordado nas justificativas apontados pelos advogados é quanto as características arquitetônicas os imóveis “não teriam características italiana”, se observa que deveria haver uma característica única para arquitetura italiana (como a arquitetura enxaimel que evoca a identidade e a

⁴ No Processo P.T. 182/2000 o advogado Mauro Felipe, menciona que a construção teria sido construída após o período de colonização na cidade e que a mesma não teria sido residência de moradores pertencentes aos primeiros imigrantes italianos que se fixaram em Urussanga.

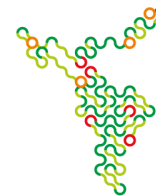


memória alemã) e que as memórias selecionadas devem ser estar ligadas a um contexto amplo e de destaque nacional. Ainda se constatou a menção a nacionalização de Getúlio Vargas⁵ de 1938, que procurava banir questões étnicas no país. A evocação das políticas de nacionalização de Getúlio Vargas, de 1938, para justificar que as questões étnicas inferidas sobre os bens tombados não existiriam mais, torna as tensões em torno do patrimônio muitas vezes complexas. A identidade e as memórias evocadas se diferem daquelas que permeiam os discursos das festas e a justificativa para o próprio *Gemellaggio*. Nesses processos de revisitação de memórias, as histórias são reinterpretadas e revisitadas, e também utilizadas como estratégia. Afinal, para os que almejam a migração para a Europa, ter a descendência italiana é uma estratégia bem cabível aos seus interesses, enquanto que, para os/as proprietários/as que teriam em suas edificações uma representação da migração, isso se torna desfavorável.

No processo P.T. 192/2000 situadas na Praça Anita Garibaldi o advogado Mauro Felipe menciona que a referida casa está em um local “estratégico” da cidade e o tombamento prejudicaria o desenvolvimento de Urussanga impedindo o “progresso”. Não nos cabe mencionar todos os processos, mas algumas já são suficientes para que compreendamos que as justificativas propostas pelos advogados possuem elementos que buscam apresentar uma concepção de patrimônio bastante particular e que está diretamente vinculada aos interesses dos proprietários, que tendo em vista, a valorização da parte central da cidade, não aceitam o tombamento de seus bens, entendendo o processo como um possível problema para transações comerciais.

O que nos apresentam alguns elementos das justificativas já mencionadas é que os bens tombados na cidade seriam considerados como um “atraso” para o município, principalmente as edificações na Praça e na zona urbana. Pelas justificativas podemos também observar as dificuldades por parte da Fundação Catarinense de Cultura em propiciar ações e políticas públicas que fomentem a preservação do Patrimônio Cultural. Um distanciamento entre o órgão responsável e a comunidade em questão é visivelmente percebido, ao promover o tombamento, algumas pessoas foram surpreendidas com a ação demonstrando quase total desconhecimento sobre o assunto.

⁵ Em todos os processos de impugnação representados por Mauro Felipe é mencionado o período de nacionalização como justificativa para o não tombamento do bem.



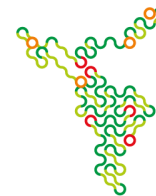
Considerações finais

O patrimônio pode ser entendido como um espaço de “luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos” (CABRAL, 2004, p.38). Discursos de progresso e desenvolvimento em contrapartida com o “velho” ainda reverberam no imaginário. Concluímos que as tensões e litígios em torno do patrimônio estão em constantes movimentos e são palco para disputas das memórias e reinvenção das identidades. Em nossa análise, a identidade italiana somente é evocada quando necessário, como ao buscar uma ascendência europeia como forma de conquistar a dupla cidadania, em acordos políticos e como marketing para as festas. Manter a memória “viva” e o discurso da italianidade não contempla a todos/as; isso é algo perceptível nas justificativas apresentadas nos processos de tombamentos. O núcleo central da cidade virou palco de constantes disputas e tensões, para os/as proprietários/as o tombamento acarretou a desvalorização do imóvel, ou seja, o valor mercadológico é muito mais lucrativo para esses do que investir na preservação do bem ou para a memória da cidade. O processo de tombamento realizado em pela Fundação Catarinense de Cultura ao que nos apresenta foi algo de cima para baixo e os sentidos de pertencimentos para alguns proprietários/as está ligado as questões financeiras, sejam, para empreender novas edificações sejam para realizar o processo de restauro e manutenção. Ainda que nos é plausível de crítica a invenção de uma identidade em um ambiente que apesar de muitos serem descendentes de italianos, outros ainda, não se conhecem nesse discurso e para essas edificações não lhes representariam. O valor do patrimônio em Urussanga se liga a diferentes campos sociais, políticos e culturais e que podem vir a ser instrumentos de desenvolvimento econômico em prol do turismo e de uma educação para patrimônio se bem traçado.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi, tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

BENEDUZI, Luís Fernando. O que significa ser ítalo-brasileiro na Itália? Entre experiências e expectativas, três leituras. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; BENEDUZI, Luís Fernando (Org.). Os pequenos pontos de partida: novos e(i)migrantes rumo à Itália no século XXI. 1ed. Curitiba/PR: CRV, 2014, v. 1, p. 83-110.



BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 13 nov. 2017.

CABRAL, Magaly. Memória, Patrimônio e Educação. **Resgate**, Campinas, SP, n.13, p.35-42, 2004.

CARDOSO, Michele Gonçalves. **De volta para a casa: A inserção dos retornados à cidade de Criciúma/SC (1995-2009)**. 2011. 133 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GONÇALVES, Janice. Patrimônio em litígio: conflitos e tensões nos tombamentos estaduais catarinenses. **Anais do XIV encontro estadual de história – tempo, memórias e expectativas**, 2012, UDESC, Florianópolis, SC.

SAVOLDI, Adiles. **O caminho inverso: a trajetória dos descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania**. Florianópolis, 1998. 170 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFSC.

TOMASI, Julia Massucheti. **Ritornandoalleorigini: a identidade italiana em Urussanga (SC) no final do século XX e início do XXI**. Fronteiras (Florianópolis), v. 20, p. 33-52, 2012.

PEREIRA, Lara. Rodrigues. **O Gemellaggio entre Urussanga e Longarone: Irmandade Intercontinental**. Temporalidades, v. 5, p. 349/-360, 2011.

PIERI, Alice. **Um olhar sobre o conceito de paisagem cultural: o caso de Urussanga/sc**. 2015. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.